

# **VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

## **GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I**

**VALTER MOURA DO CARMO**

**CAROLINE VARGAS BARBOSA**

**LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Diretora Executiva** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

**Representante Discente:** Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

**Comunicação:**

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

**Eventos:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Caroline Vargas Barbosa; Livio Augusto de Carvalho Santos; Valter Moura do Carmo – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-667-3

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



# VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

## GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

---

### **Apresentação**

O VI Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 em formato 100% digital, foi realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e a Faculdades Londrina, tendo apresentado como temática central “Direito e Políticas Públicas na era digital”. As discussões em torno da temática foram de muito relevo, nos painéis, nos Grupos de Trabalho de artigos e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento os trabalhos foram apresentados de forma virtual e posteriormente foram realizados debates entre os apresentadores, os coordenadores e os demais participantes. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos, que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Os trabalhos aprovados e apresentados no supramencionado GT foram: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022 de autoria de Thierry Willian De Moura Coelho; A EXTENSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL: ANALOGIA IN MALAM PARTEM OU GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE? de autoria de Beatriz Nascimento Costa Mourão Nogueira; A SEGREGAÇÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM de autoria de Érica Pinheiro de Albuquerque Leal; A TRANSIÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL de autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos e orientado por José Antonio de Faria Martos.

Os seguintes trabalhos: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE DA META 5.2 DA AGENDA 2030 de autoria de Patrícia Lima Feitosa Leão; AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO de autoria de Emilli Mailly Miranda de Aquino e orientado por Luanna Tomaz de Souza; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS de autoria de Maria Inês Lopa Ruivo e orientado por Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; CASAMENTO INFANTIL E NORMAS

SOCIAIS: EM BUSCA UM NOVO QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENDER O FENÔMENO de autoria de Rafaela Missaggia Vaccari; ENTREGUE AOS LOBOS: A QUESTÃO DO ASSÉDIO E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS orientado por Caio Augusto Souza Lara; INTERSECCIONALIDADE E FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA de autoria de Bruna Santana da Encarnação; MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES NO EMPREENDEDORISMO de autoria de Larissa Moraes e Ananda Viana de Miranda, sendo orientadas por Roberta Pinheiro Piluso;

E por fim os trabalhos: REVISÃO DE LITERATURA DO ACESSO AO ABORTO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO de autoria de Ana Clara Feitosa Barros, sendo orientada por Luanna Tomaz de Souza; VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO DESCASO HISTÓRICO/ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A ESSAS MINORIAS NO BRASIL de autoria de Maria Eduarda Machado de Andrade Santos e de Ana Caroline Santana Alves Sobreira, sendo orientadas por Grasielle Borges Vieira De Carvalho; A SUBJETIVIDADE NA NOVA IDENTIDADE ALGORITIMICA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE PLATAFORMA E ROTULAÇÃO RELACIONADAS ÀS MULHERES de autoria de Amanda Rodrigues Tonoli.

As apresentações dos trabalhos foram divididas em dois blocos, no primeiro foram abordados trabalhos envolvendo temáticas Trans e no segundo políticas públicas de gênero com foco nas mulheres. Após as apresentações e debates ficaram evidenciadas a diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados pelos (as) pesquisadores (as) que acrescentam para a ciência e a sociedade.

Agradecemos a todos (as) os (as) pesquisadores (as), colaboradores (as) e pessoas envolvidas nos debates e na organização do evento pela sua inestimável contribuição, bem como desejamos uma excelente leitura!

Profa Ma. Caroline Vargas Barbosa - UnB

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos – UNIMAR

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA

# AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO

Luanna Tomaz de Souza<sup>1</sup>  
Emilli Maily Miranda de Aquino

## Resumo

### INTRODUÇÃO:

Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre Aborto (DINIZ et al., 2017), quase uma a cada cinco mulheres alfabetizadas aos quarenta anos já havia realizado ao menos um procedimento abortivo no ano de dois mil e dezesseis. Apesar da relevância dessa pesquisa, é preciso mencionar que ela não abrange o contexto amazônico e ribeirinho característico da região das Ilhas do Estado do Pará, tendo em vista os limites geográficos e teóricos escolhidos pelos autores.

Na realidade das mulheres ribeirinhas, que vivem distantes dos centros urbanos e onde os serviços de saúde são poucos ou quase inexistentes, as terapeutas populares são, em geral, quem prestam os serviços obstétricos e ginecológicos (FLEISHER, 2012, p.01).

Nesse sentido, identificar se existem mecanismos institucionais de apoio a essas mulheres é primordial para que se conheça a maneira pela qual a atenção em saúde tem chegado a elas. Também é necessário observar se estes mecanismos estão alinhados com os parâmetros trazidos pelos tratados internacionais de direitos humanos e acordos dos quais o Brasil faz parte (GALLI; ROCHA, 2012, p.01).

Por essa razão, o presente trabalho pretende lançar luz a esse contexto pouco estudado em que mulheres também se vêem diante da interrupção de uma gravidez. Para tanto, realizar-se-á levantamento das políticas públicas de acesso ao aborto, a fim de verificar se estas tratam de alguma forma da realidade ribeirinha.

### PROBLEMA DE PESQUISA:

O problema de pesquisa se resume ao seguinte questionamento: existem políticas públicas de acesso ao aborto (legal ou ilegal) para mulheres ribeirinhas do Estado do Pará? Em caso de resposta positiva, quais são essas políticas?

### OBJETIVO:

O objetivo geral é realizar um mapeamento das políticas públicas de acesso ao aborto para

---

<sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

mulheres ribeirinhas no Estado do Pará. Os objetivos específicos são: verificar a construção histórica do acesso ao aborto no Brasil; identificar quais as políticas públicas de acesso ao aborto existem no âmbito federal, estadual e municipal; investigar se estas abordam o tema dos direitos sexuais e reprodutivos; e se há alguma que considera a realidade das mulheres ribeirinhas.

#### MÉTODO:

Para alcançar os objetivos elencados, realizou-se um levantamento documental das políticas públicas de acesso ao aborto no Brasil nos sites do Governo Federal, Estadual e Municipal.

As políticas públicas federais foram investigadas especialmente no âmbito do Ministério da Saúde. No Estado do Pará, a fonte da pesquisa foi o site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Em âmbito municipal, o site da Prefeitura Municipal de Belém, especificamente o da Coordenadoria Municipal da Mulher (COMBEL).

Os filtros usados em todas as bases de dados foram, primeiro, “mulheres”, “plano”, “política”, “projeto”, “programa” e “lei”. Após, foi realizada a leitura dos documentos a partir das seguintes palavras-chave: “direitos sexuais” e “direitos reprodutivos”, “ribeirinhas”, “ribeirinho”, “rural”, “amazônico”, “mulheres das ilhas”, “aborto”, “abortamento” e “interrupção da gravidez”. Cada um dos documentos levou a novos documentos, conforme a técnica bola de neve.

A técnica bola de neve aplicada à pesquisa documental consiste em, a partir de um documento, encontrar a indicação de um novo documento sobre o mesmo assunto e assim sucessivamente, a fim de dar amplitude ao campo de pesquisa.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS:

Ao todo, foram identificados vinte e nove documentos, sendo que um deles não foi possível acessar em sua integralidade. Seis dos documentos são de natureza internacional, dentre os quais cinco tratam sobre direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos e um deles, o Consenso de Genebra, possui natureza conservadora. O restante dos documentos (vinte e duas) são políticas públicas brasileiras, sendo dezenove em esfera federal, uma do Estado do Pará e duas da cidade de Belém.

Verificou-se que as políticas públicas federais, até dois mil e dezessete, eram pautadas nos parâmetros internacionais trazidos pelos tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. A partir de dois mil e dezoito, percebeu-se a crescente de documentos mais conservadores, que tratavam da necessidade de se acionar a autoridade policial no momento da interrupção da

gravidez, violando o sigilo médico e que consideravam o aborto como crime em todas as circunstâncias, bem como minimizavam os riscos da gravidez na adolescência.

Apesar disso, vinte das políticas públicas federais encontradas trazem a perspectiva de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Dezenove destas tratavam do acesso ao aborto e apenas seis mencionavam a realidade ribeirinha. Somente três dos documentos encontrados tratavam do acesso ao aborto inserido na vivência ribeirinha de alguma forma, sendo que apenas um, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, aborda o tema com centralidade, mencionando, inclusive, o protagonismo do ofício de parteira na região Amazônica e o cuidado em saúde adequada à realidade dessas mulheres.

Diante dos resultados alcançados, percebe-se a ausência de políticas públicas de acesso ao aborto direcionadas a essas mulheres, o que as mantém às margens dos serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado. Ressalta-se, portanto, a importância dos estudos e pesquisas sobre o aborto, a partir da perspectiva da inclusão das mulheres ribeirinhas nos projetos de Governo em esfera federal, estadual e municipal.

**Palavras-chave:** Aborto, Políticas Públicas, Mulheres Ribeirinhas

### **Referências**

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 653-660, 2017.

FLEISHER, Soraya Resende. Dos fetos engolidos e escondidos: um comentário sobre o apoio de parteiras ribeirinhas ao aborto. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 1685-1687, 2012.

GALLI, Beatriz; ROCHA, Helena. Direitos sexuais e reprodutivos, autonomia reprodutiva, política e (des)respeito ao princípio da laicidade. *Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva. Plataforma de Direitos Humanos*, julho, 2014.